

Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras

Neoliberalismo y neoconservadurismo en las políticas educativas brasileñas

Neoliberalism and neoconservatism in Brazilian educational policies

 CATARINA CERQUEIRA DE FREITAS SANTOS*

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil.

 RODRIGO DA SILVA PEREIRA**

Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a articulação dos princípios neoliberais com a pauta neoconservadora na agenda das políticas educacionais brasileiras. Por meio de uma revisão de literatura, parte da discussão sobre o neoliberalismo como projeto de restauração do poder da classe dominante, caracterizando a Nova Gestão Pública como estratégia de adequação do Estado e da sociedade às novas demandas neoliberais. Descreve os pontos de convergência entre neoliberais e neoconservadores/as e reflete sobre o avanço do neoconservadorismo no Brasil, materializado em ataques à escola pública e ao direito à educação. Destaca como pautas neoconservadoras se articulam com políticas de bonificação e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Conclui que a convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas políticas educacionais intensifica o controle do trabalho docente e difunde uma concepção de qualidade da educação vinculada a interesses privados e dissociada de laços de solidariedade social.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* <catarina.csantos@ufpe.br>.

** Doutor em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* <rodrigossilvapereira@ufba.br>.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: This article analyzes the articulation of neoliberal principles with neoconservative arrangements in the Brazilian educational policy agenda. Through a literature review, this paper begins with a discussion on neoliberalism as a project to restore the power of the ruling class, characterizing the New Public Management as a strategy to adapt the State and society to the new neoliberal demands. It describes the points of convergence between neoliberals and neoconservatives and reflects on the advance of neoconservatism in Brazil, materialized through attacks on public schools and on the right to education. It highlights how neoconservative agendas are articulated with bonus policies and the National Common Core Curriculum – BNCC. It concludes that the convergence of neoliberalism and neoconservatism in educational policies intensifies the control of teaching work and disseminates a conception of quality in education linked to private interests, dissociated from bonds of social solidarity.

Keywords: Neoliberalism. Neoconservatism. Educational Policies.

RESUMEN: Este artículo analiza la articulación de los principios neoliberales con la agenda neoconservadora en la agenda de las políticas educativas brasileñas. A través de una revisión de la literatura, se parte de la discusión sobre el neoliberalismo como proyecto de restauración del poder de la clase dominante, caracterizando la Nueva Gestión Pública como una estrategia de adaptación del Estado y de la sociedad a las nuevas demandas neoliberales. Describe los puntos de convergencia entre neoliberales y neoconservadores y reflexiona sobre el avance del neoconservadurismo en Brasil, materializado en ataques a las escuelas públicas y al derecho a la educación. Destaca cómo se articulan las agendas neoconservadoras con políticas de bonificación y la Base Curricular Común Nacional – BNCC. Se concluye que la convergencia del neoliberalismo y el neoconservadurismo en las políticas educativas intensifica el control del trabajo docente y difunde una concepción de la calidad de la educación vinculada a intereses privados y disociada de vínculos de solidaridad social.

Palabras clave: Neoliberalismo. Neoconservadurismo. Políticas Educativas.

Introdução

As políticas educacionais condensam disputas por diferentes projetos societários. Michael Apple (2003) discute que há um movimento global de coalizão de forças neoconservadoras e neoliberais que tem disputado as políticas educacionais. Entretanto, o autor reforça que, embora estejam presentes de forma articulada e com intensidades variadas em diferentes regiões do globo, é nos países latino-americanos, marcados por intensas desigualdades, que as disputas se tornam mais acirradas. Nesse sentido, ao observarmos um contexto no qual grupos conservadores têm ganhado visibilidade no cenário político, nos interessa analisar a articulação dos princípios neoliberais com a pauta neoconservadora na agenda das políticas educacionais brasileiras.

Com base em uma revisão de literatura, dividimos nossa reflexão em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente ratificamos, a partir dos estudos de David Harvey (2011; 2014), que o neoliberalismo deve ser compreendido como um projeto de restauração do poder classe que ambiciona ampliar a acumulação capitalista e conformar a classe trabalhadora a uma nova sociabilidade. Na segunda seção, discutimos como neoliberais e neoconservadores/as se aproximam na defesa do livre comércio, liberdade de escolha e na oposição à ampliação de direitos de grupos minoritários. No campo da educação, o Movimento Escola Sem Partido, o *homeschooling* e a militarização das escolas materializam as principais bandeiras neoconservadoras.

Posteriormente, discutimos como a qualidade da educação sob a égide dos resultados nas avaliações externas é funcional aos interesses da aliança conservadora, impactando sobremaneira no direito à educação pública, laica e democrática. A fim de exemplificar seus efeitos, ressaltamos as políticas de bonificação e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que se destacam pela forma como exercem controle sobre a gestão e o trabalho docentes, sobre o currículo e sobre as subjetividades.

O neoliberalismo como projeto de classe

David Harvey (2011) reflete sobre o fato de que as crises desempenham um papel importante de racionalizar as irracionalidades inerentes ao capitalismo, pois incitam a formação de novos arranjos de desenvolvimento e provocam novas formas de poder de classe. É, portanto, sob o prisma da crise estrutural do capital, cujos sinais mais evidentes surgiram em meados da década de 1970 – com o esgotamento do modelo fordista/taylorista de produção, a ampliação da financeirização e uma maior concentração de capitais (ANTUNES, 2009) –, que o neoliberalismo deve ser compreendido.

A fim de repor os patamares de expansão capitalista de períodos anteriores, foi preciso promover um processo de reestruturação produtiva, ancorado em uma necessidade de

reorganizar também o sistema ideológico e político de dominação, com contornos mais evidentes associados a privatização do Estado e desregulamentação dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2009). Gaudêncio Frigotto destaca que o neoliberalismo busca a “recomposição dos mecanismos de reprodução do capital pela exacerbação da exclusão social” (FRIGOTTO, 2015, p. 85). Nesse sentido, o processo de neoliberalização envolveu uma destruição criativa de direitos institucionalizados, relações de trabalho, natureza e modos de vida, na medida em que as trocas de mercado são julgadas como uma ética que deve conduzir as ações humanas (HARVEY, 2014). Como consequência, a hegemonia do discurso neoliberal “passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2014, p. 13).

Isto posto, é fundamental endossar que o neoliberalismo é um projeto da classe dominante para compreender com clareza as estratégias de sua disseminação. Frigotto lembra que não podemos “confundir as mudanças nas formas de sociabilidade e das diferentes estratégias de funcionamento do capitalismo com o desaparecimento das classes sociais” (FRIGOTTO, 2010, p. 139). Por essa razão, em que pese a pertinência das elaborações teóricas que concebem o neoliberalismo como uma nova racionalidade governamental, com implicações na formação de um/uma sujeito/a empreendedor/a de si mesmo/a (DARDOT & LAVAL, 2016), é preciso reforçar que o neoliberalismo tem um alvo definido: a classe trabalhadora, aqui entendida como a-classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009).

A classe trabalhadora na contemporaneidade é marcada por um intenso processo de fragmentação, heterogeneidade e precarização. Os ataques neoliberais buscam, justamente, dissolver a percepção de coletividade, os laços de solidariedade social e dissuadir a essência das relações sociais que historicamente são marcadas pelas contradições da relação capital-trabalho. Neutralizar sindicatos e outras organizações que atuam na defesa dos direitos dos/das trabalhadores/as é imprescindível para a conformação de uma nova ordem social. O individualismo e a meritocracia como princípios morais radicais, passam a ser importantes pilares das relações sociais, contribuindo para construir uma subjetividade de um/uma trabalhador/a que “não se enxerga enquanto coletivo, que não luta enquanto classe” (SANTOS, 2023, p. 66).

Neste sentido, a crise do capital impõe a trabalhadores e trabalhadoras, a partir da reestruturação produtiva, formas de gestão e organização do trabalho que buscam deslocá-los/las do âmbito coletivo da sociedade em direção à mais fiel concepção liberal, o individualismo como valor moral radical (MARTINS, 2007).

No âmbito econômico, o projeto neoliberal pode ser avaliado como vitorioso, “a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal” (HARVEY, 2014, p. 16) ou, como analisa Perry Anderson (1995), como fracassado por não conseguir a revitalização básica do capitalismo avançado. Na esfera política e ideológica, contudo, é inegável que ele alcançou êxito: “num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples

ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 20).

Concebendo que o neoliberalismo aprofunda as desigualdades e fragmenta os vínculos sociais, é importante retomar o questionamento de Harvey (2014) sobre como se construiu um consentimento popular que o legitimou. Para o autor, todo modo de pensamento dominante exige a construção de um aparato conceitual que mobilize sensações e valores, a tal ponto que se torne comum. Foi necessária, para isso, a difusão da ideologia neoliberal em corporações, meios de comunicação e em numerosas instituições que compõem a sociedade civil, a exemplo das igrejas e escolas. Em última instância, o próprio Estado teve um papel fundamental para a sua consolidação. O autor completa que:

O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que fez a virada neoliberal, o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação do seu poder (HARVEY, 2014, p. 50).

Partimos do entendimento que o Estado não é neutro, nem tem natureza passiva. O Estado é uma relação social mediada por diversas forças, atravessado pelas contradições e disputas entre as classes ou frações de classe (POULANTZAS, 2015). Gramsci (2000) esclarece que, a partir de um processo de complexificação das relações capitalistas, o Estado vai se transformando, sendo necessário o estabelecimento de estratégias de consentimento para direção das classes. Há de se destacar que o uso da repressão e violência não desaparece. Guido Liguori reforça a relação dialética entre força e consenso “de unidade-distinção, no qual, em geral, no ‘ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a ‘força’ desapareça” (LIGUORI, 2007, p.16). Isso posto, é relevante acrescentar que o Estado, quando adota o programa neoliberal e explora a retórica da liberdade individual – uma liberdade sedimentada pelo mercado – não deixa de ser violento. O neoliberalismo também se estabeleceu em regimes autoritários e antidemocráticos. Harvey avalia que, para teóricos/as neoliberais, “a democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política” (HARVEY, 2014, p. 77). Os limites à democracia, como discutiremos adiante, é um dos elementos que aproximam neoliberais e neoconservadores/as.

Na tentativa de estabelecer um falso consenso em torno do programa neoliberal, uma das estratégias fundamentais adotadas pelo Estado se relaciona com a difusão dos princípios da Nova Gestão Pública – NGP, que busca a reorganização de práticas e concepções do setor público sob o prisma do privado, objetivando estabelecer uma mudança cultural que se estende a toda sociedade, a partir da transformação do Estado (NEWMAN & CLARKE, 2012).

Sistemas de avaliação, responsabilização e prestação de contas, associados ao contexto empresarial, passam a ser adotados na tentativa de reconstruir o Estado sob a tríade da eficácia, eficiência e economia. Nesse sentido, vale destacar que a fórmula simples que vincula o neoliberalismo à defesa do Estado Mínimo não é suficiente para dar conta da complexa relação público-privado estimulada pela NGP. O Estado segue sendo mínimo para as políticas sociais, mas com a NGP busca-se um Estado melhor e mais funcional ao capital (MARQUES, MENDES & MARANHÃO, 2019).

Foi a partir da Reforma do Estado na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que a NGP chegou ao Brasil, com ênfase em três elementos centrais: a privatização, a terceirização e a publicização, definida como “a transformação de órgãos estatais em entidades públicas não-estatais, de direito privado e sem fins lucrativos, que recebem recursos do orçamento público” (PIMENTA, 1998, p. 179).

No âmbito das políticas educacionais, “a tônica do individualismo inerente ao neoliberalismo, e o discurso de crise da educação e do Estado ineficiente passa a ser transferido para as escolas e para os seus sujeitos” (SANTOS, 2023, p.56). A NGP na educação pode ser expressa pela introdução de uma gestão por resultados, na qual mecanismos de controle e responsabilização de educadores/as e estudantes passam a predominar na organização do trabalho pedagógico. O trabalho docente e a organização do trabalho pedagógico tornam-se cada vez mais vigiados.

A expressão da NGP na educação assume contornos diferenciados conforme os contextos locais e as arenas de disputas que marcam as agendas educacionais nos estados e nos municípios brasileiros, por essa razão, em que pesem as características gerais, ela não pode ser compreendida como um todo monolítico (MARQUES MENDES & MARANHÃO, 2019). A maior presença de filantropistas¹ na implementação de reformas educacionais, por exemplo, acaba por potencializar a NGP no desenho das políticas das redes públicas, na perspectiva de uma subordinação aos interesses do mercado.

No que se refere ao avanço da privatização na educação, ele tem se manifestado com mais força em três dimensões: na oferta, na gestão e no currículo (ADRIÃO, 2018). Vera Peroni, Maria Raquel Caetano e Paula Valim (2021) identificam que a privatização é um dos artifícios mais eficazes do programa neoliberal para disputar e controlar o conteúdo da educação. Reforçando o nosso argumento sobre o neoliberalismo, as autoras ratificam que

os projetos de privatização são, antes de tudo, projetos de classe, que objetivam difundir influências ideológicas por meio diferentes instituições que constituem a sociedade civil, incluídas a escola e universidade, em um processo de construção ativa do consentimento político (PERONI, CAETANO & VALIM, 2021, p. 4).

É importante destacar que, como a NGP não se restringe às práticas administrativas de governo, ela tem sido incorporada nos últimos trinta anos por governos de diferentes orientações político-ideológicas. Entretanto, ainda que seja possível identificar uma

continuidade da adoção de parâmetros da NGP nas políticas educacionais, tanto no governo de FHC quanto nos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016), compreendemos que com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff houve um aprofundamento das políticas neoliberais, a partir da adoção de um discurso neoconservador consubstanciado, principalmente, com as políticas implementadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022).

O neoliberalismo e o ‘novo’ conservadorismo brasileiro

Michael Apple (2003) aponta que, na década de 1980, nos Estados Unidos, foi formada uma coalizão de forças que se opunha à ampliação de direitos de grupos minoritários. Uma Aliança Conservadora, ou a Nova Direita, surgiu a partir da articulação de quatro grupos: neoliberais, neoconservadores/as, populistas autoritários/as, composto majoritariamente por religiosos/as evangélicos/as, e a nova classe média profissional.

Para Harvey (2014), os/as neoconservadores/as buscavam instituir propósitos morais que oferecessem sentido para a organização de um centro estável do corpo político, baseados “na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida” (HARVEY, 2014, p. 94). A principal novidade dos/das neoconservadores/as em relação ao velho conservadorismo é que, além de reivindicarem a centralidade das “questões de autoridade, moralidade, família, igreja e ‘decência’” (APPLE, 2003, p. 68), seu foco também se direciona à defesa do indivíduo, da sua capacidade de escolha e do livre comércio. Dessa maneira, Iana Lima e Álvaro Hypólito descrevem que o neoconservadorismo faz uma

apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (LIMA & HYPOLITO, 2019, p. 5).

A aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, à primeira vista, pode parecer paradoxal, pois, segundo Marina Lacerda (2018), a retórica da liberdade individual não é incompatível com multiculturalismo, direitos LGBTQIA+ ou feministas. Para a autora “a racionalidade neoliberal implica na criação de necessidades para estímulo ao mercado, o que colide com a racionalidade neoconservadora de produzir ordem orientada para repressão dos desejos” (LACERDA, 2018, p. 62). Ademais, enquanto o neoconservadorismo em princípio defende o fortalecimento do nacionalismo, o neoliberalismo parte da ideia de que o mercado não tem fronteiras.

Outros elementos, contudo, explicam essa complexa aliança. Ambos os grupos atuam contra políticas sociais de promoção da igualdade, uma vez que neoliberais dão primazia

ao mercado e neoconservadores/as acreditam que o poder do Estado deve ser direcionado apenas para normatizar valores morais. Conforme já refletimos a partir de Harvey (2014), o neoliberalismo demanda a dissolução de laços de solidariedade social, transformando problemas coletivos em individuais, que devem ser solucionados a partir de alternativas disponíveis no mercado. Lacerda (2018) considera que o neoconservadorismo, nesse contexto, é útil para a aceitação das medidas autoritárias neoliberais, porque o discurso religioso permite, “mobilizar uma cidadania submissa” (LACERDA, 2018, p. 62). Defendemos, portanto, no contexto de crise do capital, que neoconservadores/as e neoliberais se aliaram em defesa de um projeto de classe reacionário que busca manter/restaurar as relações de dominação, reagindo às conquistas da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, é importante demarcar que durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) houve a implementação de um conjunto de programas que visavam reduzir a pobreza e redistribuir a renda, bem como a incorporação de políticas de reparação social. Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e, no campo da educação, política de cotas raciais nas universidades e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que estabeleceu na meta 20 a ampliação do investimento em educação para 10% do Produto Interno Bruto – PIB, são apenas alguns exemplos de políticas sociais que marcaram o período. Nesse contexto, houve uma articulação entre neoconservadores/as e neoliberais para reação a essas conquistas, num processo que culminou com o golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff.

Naquela conjuntura, o governo de Michel Temer (2016-2018) determinou um conjunto reformas que implicava a retirada de direitos sociais a fim de garantir a retomada com maior intensidade da agenda neoliberal. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13467/2017), a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13415/2017) e, em especial, a Emenda Constitucional n.º 95, que estabeleceu um teto de gastos, limitando por vinte anos novos investimentos em educação e saúde, representam a síntese do receituário neoliberal que fez retroagirem as conquistas das políticas sociais dos governos anteriores.

Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência em 2018 com a promessa de dar continuidade às ações neoliberais e, por conta do apoio mais explícito dos/das neoconservadores/as, caberia ao seu governo aprofundar também a chamada ‘pauta dos costumes’. No contexto político brasileiro, as correntes conservadoras se articularam com mais força na Câmara de Deputados. Assim, percebemos que:

A atuação pró-família como núcleo da sociedade segue ganhando adeptos dentro e fora do congresso; as reações contra a agenda LGBTQIA+T e as discussões sobre a descriminalização do aborto tornam-se cada vez mais agressivas; a atuação parlamentar pelo rigor criminal (a intensificação de clamores pela diminuição da maioria penal, em maior grau, e pela instituição da pena de morte, em menor) e as demandas por privatização e diminuição do Estado encontram defensores em bancadas organizadas, como a chamada Bancada BBB –Boi, Bala e Bíblia em

referências aos interesses daqueles que a compõem, o agronegócio, o armamento civil e a bancada evangélica (TEIXEIRA & HENRIQUES, 2022, p. 10).

É importante destacar que, ao refletir sobre o avanço do ‘novo’ conservadorismo no cenário político brasileiro, estamos de acordo com Iana Lima e Álvaro Hypólito (2019), que ponderam sobre a necessidade de caracterizá-lo considerando as continuidades expressas no conservadorismo historicamente presente no Brasil. Gaudêncio Frigotto e Sônia Ferreira (2023) lembram que o autoritarismo e o conservadorismo estão no DNA da burguesia brasileira. O extermínio da juventude negra, indígena e quilombola, a perseguição aos movimentos sociais de luta pela terra e por moradia na contemporaneidade são reflexos de uma cultura colonizadora e escravocrata que compõe a essência do nosso tecido social. Assim, quando neoconservadores/as defendem um conjunto de práticas punitivistas que valoram a militarização da sociedade, o encarceramento em massa, o porte de armas e medidas como a redução da maioria penal (LIMA & HYPÓLITO, 2019), passado e presente se encontram, revelando o racismo estrutural que atravessa a nossa sociedade. O neoconservadorismo no Brasil, nesse sentido, também se reveste de um pacto narcísico da branquitude, definido por Cida Bento como um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa a manter seus privilégios” (BENTO, 2022, p.18), considerando que não existe nenhum intuito de promover políticas de reparação racial.

Luis Gandin e Iana Lima (2024) explicam que o movimento conservador no Brasil não pode ser percebido como um todo homogêneo, considerando as possíveis tensões existentes entre os grupos que compõem a Nova Direita. De todo modo, a autora e o autor destacam que, além de neoliberais, a aliança neoconservadora no Brasil tem uma forte liderança de fundamentalistas religiosos/as, em especial da direita cristã, formada por católicos/as e neopentecostais. Há uma defesa da família tradicional, um ataque aos direitos reprodutivos das mulheres, aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e um estímulo ao discurso de ódio, difundindo principalmente pelas redes sociais, contra todos/as aqueles/as que não se encaixam no padrão dos/das ‘cidadãos/ãs de bem’.

Em tal contexto, a educação torna-se um importante campo de disputas. Assim, desde 2004, grupos conservadores iniciam a ofensiva em nome de uma ‘Escola sem Partido’, capitaneada pelo advogado Miguel Nagib, com o objetivo de defender uma falsa ideia de neutralidade da educação e de combater uma suposta doutrinação marxista exercida pelos/as professores/as. Após 2010, o movimento ganhou projeção como luta contra uma suposta ‘ideologia de gênero’ nas escolas (TEIXEIRA & HENRIQUES, 2022). Esse termo parte da ideia equivocada de que as escolas brasileiras podem ensinar crianças a se tornarem LGBTQIA+, bem como rechaça qualquer tipo de defesa de princípios de igualdade entre os gêneros ou instrução acerca da educação sexual e direito reprodutivo das mulheres, por considerar que essas temáticas devem ser discutidas (ou não) apenas no âmbito familiar.

A ideia de que a responsabilidade pela educação dos/das filhos/as é de pais e mães, cabendo às escolas apenas transmitir conteúdos, reforça o princípio liberal de que o Estado não deve intervir na vida privada dos/das cidadãos/ãs. O argumento da liberdade de escolha e a defesa dos valores familiares sobre os de outrem sedimentam a proposta conservadora. Além disso, há uma tentativa de criminalizar docentes, impedindo-os/as de exercer sua autonomia e cerceando o direito dos/das estudantes a conhecimentos críticos, relevantes para a formação humana e para a emancipação da classe trabalhadora.

Uma proposta que também ganha força entre neoconservadores/as, por estar baliçada na ideia de que a escolha parental deve se sobrepor ao dever constitucional do Estado de garantia da educação, é o *homeschooling*. A educação domiciliar busca interditar o contato das crianças com a diversidade, desconsiderando a função socializadora fundamental que a escola tem para o desenvolvimento infantil. Além de pautar a desobrigação da oferta de educação pelo Estado, o *homeschooling* também estimula um mercado de produção de materiais didáticos para usufruto dessa modalidade, o que corrobora a frente da privatização da educação.

Outro núcleo de defesa dos/das neoconservadores/as refere-se à militarização de escolas públicas. A alegação de seus/suas apoiadores/as é que esse modelo de educação adota uma estrutura disciplinar que favorece a qualidade da educação, sob a ótica da obtenção de bons resultados nas avaliações externas. O processo de militarização incita o controle do conteúdo educativo e do trabalho docente, mas sobretudo, “opera em uma perspectiva mais ampla de controle social, especialmente da juventude” (PERONI, CAETANO & VALIM, 2021, p. 13). O Programa Nacional de Escolas Cívico Militares – PECIM, criado no governo Bolsonaro por meio do Decreto 10.004/2019, materializa essa ideia. Ainda que o projeto tenha sido posteriormente extinto no governo do presidente Lula, as iniciativas de militarização seguem com força no âmbito dos estados e municípios.

Em comum, Escola sem Partido, *homeschooling* e a militarização articulam argumentos conservadores e privatistas que atacam a escola pública e comprometem o direito à educação garantido institucionalmente. Em síntese, eles se afinam na

tentativa de padronização de atitudes, comportamentos e modos de pensar, impedindo a expressão da diversidade e, conseqüentemente, o exercício democrático de convivência com diferentes visões de mundo e perspectivas políticas e ideológicas. Também ferem elementos fundamentais do princípio constitucional da gestão democrática da escola, por um lado porque impedem a expressão de determinadas ideias e posições políticas/ideológicas sobre o mundo e a sociedade; por outro lado porque efetivamente retrocedem em mecanismos já estabelecidos na legislação brasileira, como a organização autônoma dos estudantes em entidades representativas e a participação da comunidade escolar no processo de eleição de diretores (PERONI, CAETANO & VALIM, 2021, p. 14).

Em que pese a expressão mais nítida da atuação da aliança conservadora na educação nas três políticas supracitadas, elas não são as únicas em que neoliberais e

neoconservadores/as convergem. Como o que está em jogo é, antes de tudo, um projeto de sociedade, na próxima seção daremos destaque a outras políticas de controle do trabalho docente, que além de serem notoriamente neoliberais, também reforçam pressupostos neoconservadores. Apresentaremos brevemente como esses interesses se articulam nas políticas de bonificação e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Políticas de bonificação e BNCC: a qualidade da educação sob o prisma neoliberal e neoconservador

A articulação entre justiça social e qualidade da educação é fundamental para que possamos construir uma educação pública que contribua com a diminuição das desigualdades e garanta uma formação cidadã. Ocorre que *qualidade da educação* é um termo polissêmico que está em disputa nas políticas educacionais. A partir de uma lógica empresarial, emerge uma perspectiva de qualidade total vinculada a enunciados como “educação de resultados, flexibilidade e empreendedorismo nos currículos educacionais – uma gramática singular que dá relevo a enunciados de excelência, efetividade e qualidade, regidos pela lógica da cultura do gerencialismo” (MARQUES, MENDES & MARANHÃO, 2019, p. 356).

Assim, ganha força um modelo de educação escolar que tem como finalidade a formação de sujeitos/as produtivos/as, que reproduzam com eficiência “habilidades e personalidades requeridas pelo capitalismo” (OLIVEIRA, 2020, p. 90). Dalila Oliveira (2020) afirma que nas últimas décadas tem ocorrido uma atualização da Teoria do Capital Humano – TCH, que originalmente ganhou projeção no final da década de 1960 difundindo a compreensão de que a superação de atrasos econômicos estaria vinculada ao investimento humano. A educação teria uma funcionalidade bem delimitada: a ampliação da produtividade das nações. No âmbito pessoal, o investimento em formação explicaria as diferenças de renda e riqueza, dando ênfase, portanto, à lógica meritocrática neoliberal, que desconsidera aspectos sistêmicos. Conforme reforça Harvey (2014), o sucesso e o fracasso são sempre interpretados como virtudes empreendedoras ou falhas individuais, sem que elementos estruturais sejam avaliados.

No bojo das aproximações neoliberais e conservadoras, Pedro Teixeira e Adrian Henriques (2022) destacam que a ênfase na educação como insumo econômico, como postula a TCH, é uma visão da qual parte das lideranças evangélicas neopentecostais têm se aproximado de forma mais explícita recentemente. Isso deriva do crescimento de uma teologia da prosperidade divulgada por esses grupos, que entende que o sucesso econômico dos/das fiéis é um reflexo das bênçãos divinas, já que o mérito individual é recompensado. Vale destacar, entretanto, que identificar a educação como insumo não é sinônimo de valorização ou de respeito à produção científica que embasa a construção do conhecimento. O negacionismo científico segue como uma das grandes marcas do neoconservadorismo e, não por

acaso, expressão mais recente de “uma política exclusivamente religiosa, de base bíblica, a ser aplicada em toda a humanidade com a exclusão de qualquer outra expressão, tida como falsa e, por isso, sem direito de existir” (BOFF, 2024, s/p), a teologia do domínio².

Para Dalila Oliveira (2020) a expressão mais bem-acabada da força da TCH é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, criado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE nos anos 2000, que tem pautado a formulação das políticas educacionais em diferentes nações. O PISA é um exame de larga escala que objetiva verificar as competências e habilidades de estudantes de diferentes países, por meio de avaliações nas áreas de matemática, ciências e língua materna das nações que dele participam. São criados rankings que determinam a qualidade educacional ofertada, com base no resultado desses exames. A lógica de comparação e produção de rankings é advinda do universo empresarial e acaba estimulando a concorrência entre escolas e sistemas, condicionando a educação como um ‘quase mercado’ (PEREIRA, 2016).

O PISA é o horizonte do principal indicador de qualidade educacional no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Por essa razão, a nota do IDEB é composta também por uma média que leva em consideração os resultados dos/das estudantes nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que segue a matriz de competências e habilidades requeridas no PISA. Vale destacar que quando a qualidade educacional se baseia, principalmente em avaliações externas, perde-se a dimensão do todo, dos diferentes aspectos intraescolares e extraescolares que não conseguem ser capturados em um exame.

Outro ponto do debate acerca da centralidade das avaliações externas na condução das políticas educacionais é que elas se revestem de objetividade e imparcialidade. Na perspectiva de neoconservadores/as, elas são ‘neutras’, não avaliando conteúdos ‘ideológicos’. Por essa razão, neoconservadores/as associam o baixo desempenho dos/das estudantes em avaliações como o PISA à influência de Paulo Freire nas escolas brasileiras (TEIXEIRA & HENRIQUES, 2022). Resgatando as ideias do Escola sem Partido, há um falso entendimento de que uma doutrinação marxista, supostamente existente nas escolas brasileiras, compromete a qualidade da educação e, nesse sentido, é necessário criar mecanismos para vigiar e controlar o trabalho docente com o intuito de limitá-lo ao ensino das competências e conteúdos requeridos nas avaliações.

Essa regulação do trabalho docente, e da educação como um todo, é uma das características das políticas de *accountability* que se constituem como estratégias de avaliação e monitoramento, prestação de contas e responsabilização de educadores/as. Centrada no produto e não nos processos, esse padrão de políticas se afina com as formas de regulação neoliberal fundadas nos princípios da competitividade e da meritocracia. Um dos eixos das políticas de *accountability* é a presença de programas de bonificação/premiação de professores/as e gestores/as pelo bom desempenho dos/das estudantes em avaliações externas.

Programas de bonificação têm se expandido no país, vinculados tanto aos indicadores no IDEB quanto aos próprios índices locais, criados pelos sistemas subnacionais. Embora no discurso neoliberal essa política vise, pretensamente, a valorização docente, esse modelo de recompensas promove um “ambiente de competitividade e individualismo dentro das escolas públicas, induzindo à fragmentação da carreira e do salário docente, além de dissuadir o senso coletivo dos trabalhadores em Educação” (PEREIRA & SILVA, 2018, p. 538). Ademais, também fomenta a desigualdade por alocar os recursos da educação de forma diferenciada, penalizando instituições mais necessitadas, indo na contramão de um financiamento da educação baseado na equidade.

A tríade qualidade, desempenho e mercado que norteiam as políticas educacionais que têm por base as avaliações externas acabam por exigir a consolidação de um currículo homogêneo, restrito e que consiga atender ao projeto hegemônico conservador (PEREIRA & SILVA, 2018). Nesse cenário, a BNCC passa a ter um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico, pelo seu caráter fortemente prescritivo, consubstanciando, ao mesmo tempo, características neoliberais e neoconservadoras.

É sabido que o processo de construção da BNCC foi marcado por muitas disputas, expressas nas três versões do documento. A presença dos/das reformadores/as empresariais da educação (FREITAS, 2018), especialmente a Fundação Lemann e o conglomerado de instituições que forjaram o Movimento pela Base, indicam uma intensa privatização curricular que condiciona a “transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar” (ADRIÃO, 2018, p. 20).

O poder do empresariado na elaboração da BNCC é perceptível na inserção das competências socioemocionais e do protagonismo juvenil associado ao empreendedorismo. O foco nas competências socioemocionais visa produzir subjetividades em conformidade com as expectativas do capital, como flexibilidade, adaptação, resiliência às situações de adversidade, enquanto a incorporação do discurso do empreendedorismo no currículo reforça a meritocracia e o individualismo como princípios de conduta. Concordando com Carolina Catini:

Na falsificação de uma educação que prepara os jovens com amabilidade e dinâmicas ativas e os envia para o abatedouro da concorrência mercantil neoliberal, o ensino do empreendedorismo cumpre seu papel de privação da formação intelectual, mas também de ocupação de tempo integral sob tutela de confinamento territorial. O ensino do empreendedorismo é uma forma de gestão da pobreza não apenas pelo trabalho compulsório, mas também pelo disciplinamento a uma nova ordem do capital. Nessa nova ordem capitalista devemos dispor integralmente nosso tempo para o capital fazer uso dele sem nenhuma perda de tempo na exploração (CATINI, 2020, p. 6).

Além disso, ao exacerbar o protagonismo estudantil do ponto de vista do sucesso individual, esvazia-se a concepção de protagonismo estudantil coletivo, enfraquecendo instâncias democráticas de associação de estudantes em prol de demandas coletivas, tais

como os grêmios estudantis. O protagonismo previsto pela BNCC é um protagonismo tutelado, em favor de uma agenda neoliberal que limita o desenvolvimento integral dos/das estudantes e desestimula o exercício democrático nas escolas.

Algumas demandas neoconservadoras também foram incorporadas pelo documento. Rosânia Campos, Iana Lima e Camila Ribeiro (2023) descrevem que na primeira e na segunda versões da BNCC era possível identificar o termo *gênero* como um dos pontos para promoção do respeito. Na terceira versão, entretanto, marcada por influência e controle de grupos neoconservadores, o termo foi completamente retirado. Do mesmo modo, o debate acerca das relações étnico-raciais foi invisibilizado no documento, produzindo amplo processo de esvaziamento de discussões sobre as múltiplas identidades dos/das nossos/as estudantes, bem como sobre o racismo na construção das relações sociais no Brasil.

Nesse sentido, é funcional para os/as neoconservadores/as e neoliberais delinearem uma escola “sem gênero, sem cor, de ensino híbrido, estéril e sem relação professor-aluno, sem vida real, numa ode à inteligência artificial e à realidade virtual” (OLSKA & SHIROMA, 2023, p. 73). A BNCC cumpre a tarefa de propor um desenho curricular no qual desaparecem os conflitos e, principalmente, as causas estruturais desses conflitos.

Considerações finais

A proposta aqui discutida teve por objetivo analisar a articulação dos princípios neoliberais com a pauta neoconservadora na agenda das políticas educacionais brasileiras, partindo do entendimento que, em que pesem as diferenças entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, eles se afinam por representarem um projeto que tem por finalidade restaurar e conservar o poder da classe dominante. A retórica do individualismo, da meritocracia e da concorrência presente no discurso neoliberal e impulsionada por políticas gerencialistas é reivindicada por neoconservadores/as, que também se opõem às conquistas sociais das últimas décadas.

No campo da educação, a convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo intensifica o controle do trabalho docente e promove uma concepção de qualidade de educação restrita e mercadológica. A escola organizada sob o viés empresarial, conduzida como base na eficiência, eficácia, produtividade e desempenho, desconsidera seu papel social e mitiga elementos associados a promoção de justiça social ou formação crítica emancipatória.

De maneira geral, revestidos por uma pretensa neutralidade, os posicionamentos de neoliberais e neoconservadores/as são marcados por intolerância à diversidade e têm por finalidade a dissolução de laços de solidariedade social. Dessa forma, desnudar as intencionalidades e os efeitos das políticas de bonificação e da BNCC torna-se relevante para que não haja naturalização de políticas e práticas neoliberais e neoconservadoras na escola. Além disso, identificar tais elementos contribui para a organização da resistência

desde o chão da escola, a partir de um projeto que fortaleça a educação pública e estatal, com democracia e materialização do direito de todas as pessoas.

Recebido em: 15/08/2024; Aprovado em: 15/10/2024.

Notas

- 1 “Segundo a Rede de Fundações que Trabalham para o Desenvolvimento da OCDE (OECD NETFWD, 2014), os filantropos de risco correspondem ao conjunto de doadores, cuja doação caracteriza-se como um ‘investimento do lucro empresarial socialmente orientado’. Conceitualmente, a ideia de ‘filantropia de risco’ generalizou-se a partir de 1997 com a publicação Harvard Business Review do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTS; RYAN & GROSSMAN, 1997), no qual os autores propõem que os filantropos deveriam utilizar as ferramentas dos capitalistas de risco, tais como gestão de risco, gestão de desempenho com o objetivo de impactar estratégias de gestão de relacionamento etc. de saída, a fim de ter um maior impacto na solução de problemas da sociedade (OECD NETFWD, 2014). Ainda segundo o mesmo Documento da OCDE (OECD NETFWD, 2014), outros cognatos tornaram-se populares na última década para se referirem a este novo mercado. Bishop e Green (2008) cunharam o termo ‘filantrocapitalismo’ em referência a esse tipo de ‘filantropia’, cuja liderança cabe a Bill Gates e Warren Buffet” (ADRIÃO, 2015, p. 68-69).
- 2 “A teologia do domínio ou o dominionismo nasceu nos EUA por volta dos anos 70 num contexto do reconstrucionismo cristão calvinista. Como é sabido, Calvino no século XVI instaurara em Genebra um governo religioso extremamente rigoroso e violento até com pena de morte. Seria um modelo para o mundo todo. O dominionismo agrupa várias tendências cristãs fundamentalistas, inclusive integralistas católicos [...]. É a ideologia totalizadora central para a direita cristã no campo da política e dos costumes” (BOFF, 2024, s/p).

Referências

- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. *Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica*. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2015. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/284>>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018 Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/art_v18.html>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- BENTO, Cida. *O Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOFF, Leonardo. *A teologia do domínio: refutação de uma falácia*. Instituto Humanitas Unisinos. 12 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff>>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 14 out. 2024.

CAMPOS, Rosânia; LIMA, Iana Gomes de & RIBEIRO, Camila Schlickmann. Não tenho interesse no tema e discordo de tal concepção ideológica: a cruzada moral anti-gênero e os ecos (neo)conservadores nos debates de gênero no campo da educação. *Jornal De Políticas Educacionais*, 17(2), 2023. <https://doi.org/10.5380/jpe.v17i2.89496>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=51981-19692023000100107&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, [S. l.], n. 127, p. 53-68, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/18004>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FREITAS, Luis Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 2015

FRIGOTTO, Gaudêncio & FERREIRA, Sonia Maria. Cultura colonizadora e escravocrata, autoritarismo e ultraconservadorismo: o DNA da classe burguesa brasileira. in: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *O ensino médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GANDIN, Luis Armando & LIMA, Iana Gomes. O ganho epistêmico na análise do conservadorismo educacional e sua atuação em políticas: o conceito de aliança conservadora. In: BALL, Stephen J. & MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2024

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, v. 2 – Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo*. *Jornalismo*. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LETT, Christine W.; RYAN, William P. & GROSSMAN, Allen S. Virtuous capital: What foundations can learn from venture capitalists. *Harvard Business Review*, mar./abr. 1997. Disponível em: <<https://www.hbsp.harvard.edu/product/97207-PDF-ENG?activeTab=overview>>. Acesso em: 6 jul. 2024.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

- LIMA, Iana Gomes de & HYPOLITO, Álvaro. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 45, p. e190901, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbjx/>>. Acesso em: 6 jul. 2024.
- MARQUES, Luciana Rosa; MENDES, Juliana Camila Barbosa & MARANHÃO, Iágrici Maria de Lima. A Nova Gestão Pública no contexto da Educação Pernambucana e a Qualidade Educacional. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - ANPAE*, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 351, ago. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2447-41932019000200351&lng=pt>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- MARTINS, André Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2007.
- NEWMAN, Janet & CLARKE, John. Gerencialismo. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/?format=pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- OECD NETFWD. *Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the search for greater impact*. Paris: OECD Development Centre, 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- OLSKA, Bruno Augusto & SHIROMA, Eneida Oto. *Uma destruição interessada: reflexões sobre conservadorismo no governo Bolsonaro*. In: SHIROMA, Eneida Oto; DANTAS, Jéferson Silveira & SOUZA, Rodrigo Diego de. *Crise do capital, conservadorismo e contrarreformas na educação brasileira (2016-2022)*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.
- PEREIRA, Rodrigo da Silva. *A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- PEREIRA, Rodrigo da Silva & SILVA, Maria Abádia da. Políticas educacionais e concepção de gestão: o que dizem os diretores de escolas de ensino médio do Distrito Federal. *Educ. Rev.*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 137-160, abr. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200137&lng=pt&nrm=iso>. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57219>. Acesso em: 14 out. 2024.
- PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel & VALIM, Paula de Lima. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e82294. Agosto de 2021. Disponível em: <<http://10.0.21.4/jpe.v15i0.82294>>. Acesso em: 25 de jul 2024.
- PIMENTA, Carlos César. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 32 (5):173-199. set./out., 1998. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7762>>. Acesso em: 25 de jul. 2024.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas. *Educação (em tempo) integral? Uma análise do programa de Fomento às escolas de Ensino médio de tempo integral (EMTI) frente às políticas de ensino de tempo integral da rede estadual da Bahia (2017-2022)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- TEIXEIRA, Pedro Pinheiro; HENRIQUES, Adrian. O novo conservadorismo brasileiro: mapeando suas linhas de força. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 30, p. (89), 2022. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7137>>. Acesso em: 23 jul. 2024.